

que procurei levar em conta, mas também o impacto dessas mudanças no corpo humano. É nesse aspecto que os desenvolvimentos tecnológicos apontam para as possibilidades de formas de existência pós-humanas que, no seu visionarismo, Roy Ascott (2003a) vem chamando de pós-biológicas na emergência de uma era úmida (*moist*) que nascerá da junção do ser humano molhado (*wet*) com o silício seco (*dry*), especialmente a partir do desenvolvimento das nanotecnologias que, bem abaixo da pele, passarão silenciosamente a interagir com as moléculas do corpo humano.

Estou ciente de que o título do livro — “Culturas e artes do pós-humano” — é perturbador. Pode sugerir que o humano já se foi, perdeu-se no golpe dos acontecimentos. Insisto em mantê-lo, apesar desses perigos interpretativos, porque pretendo chamar a atenção para a necessidade de se repensar o humano até o limite último de sua essência molecular. Parece que esse título nos faz chegar a esse limite.

## O QUE É CULTURA

Cultura, em todos os seus sentidos, social, intelectual ou artístico é uma metáfora derivada da palavra latina *cultura*, que, no seu sentido original, significava o ato de cultivar o solo. Os sentidos conotativos de cultura não tardaram a aparecer. Cícero, por exemplo, já usava a expressão *cultura anima*, cultura da alma, identificando-a com a filosofia ou a aprendizagem em geral. Que a analogia com o crescimento natural esteja no coração do significado de cultura não tem nada de arbitrário. A cultura é como a vida. Sua tendência é crescer, desenvolver-se, proliferar, “porque é muito mais espessa a vida que se desdobra em mais vida, como uma fruta é mais espessa que sua flor” (João Cabral).

São quatro os princípios que governam a vida: ela tende a se expandir como um gás para ocupar todo o espaço disponível; ela se adapta às exigências do espaço que se tornou disponível; ela se desenvolve continuamente em níveis de maior complexidade; quanto mais complexo o nível de sua organização, mais rapidamente a vida cresce. Esses mesmos princípios se aplicam à cultura. Sua disposição para o crescimento é natural. Também como a vida, quando encontra condições favoráveis ao seu desenvolvimento, a cultura se alastra, floresce, aparece, faz-se ostensivamente presente.

## 1. NA CULTURA, TUDO É MISTURA

Outra importante metáfora para a compreensão da cultura, menos biológica do que a da vida, é a metáfora da mistura. Se a mistura é o espírito, como dizia Paul Valéry, e a cultura é a morada do espírito, então cultura é mistura. Embora se apresente como uma simples brincadeira silogística, aí está enunciada uma condição fundamental para se entender o que está acontecendo com a cultura nas sociedades pós-industriais, pós-modernas, sociedades globalizadas deste início do século. Não é outra coisa senão a ideia de mistura que anima o livro *Culturas híbridas* com que Nestor Garcia Canclini recebeu o prêmio de melhor livro sobre América Latina no período 1990-1992. De lá para cá, a realidade não apenas vem confirmando, mas intensificando os diagnósticos de Canclini.

## 2. A PROLIFERAÇÃO DOS SENTIDOS DE CULTURA

Sem nenhuma pretensão de exaustividade, proponho apresentar um breve mapeamento do campo da cultura que possa funcionar como um traçado para o reconhecimento das complexidades da área. Minha hipótese é a de que uma cartografia analítica, quando suficientemente móvel, em vez de funcionar como uma camisa-de-força que impede a apreensão da fluidez do território, funciona, isto sim, como um sistema de alerta e de sinalização para as dificuldades apresentadas pela evanescência dos caminhos.

### 2.1. Um termo elusivo

As definições da cultura são numerosas. Há consenso sobre o fato de que cultura é aprendida, que ela permite a adaptação humana ao seu ambiente natural, que ela é grandemente variável e que se manifesta em instituições, padrões de pensamento e objetos materiais. Um sinônimo de cultura é tradição, o outro é civilização, mas seus usos se diferenciaram ao longo da história.

Uma definição breve e útil é: a cultura é a parte do ambiente que é feita pelo homem. Implícito nisto está o reconhecimento de que a vida humana é vivida num contexto duplo, o habitat natural e seu ambiente social. A definição também implica que a cultura é mais do que um fenômeno biológico. Ela inclui todos os elementos do legado humano maduro que foi adquirido através do seu grupo pela aprendizagem consciente, ou, num nível algo diferente, por processos de condicionamento – técnicas de várias espécies, sociais ou institucionais, crenças, modos padronizados de conduta. A cultura, enfim, pode ser contrastada com os materiais brutos, interiores ou exteriores, dos quais ela deriva. Recursos apresentados pelo mundo natural são formatados para vir ao encontro de necessidades existentes.

Um conceito popular de cultura é o de refinamento, implicando na habilidade que alguém possui de manipular certos aspectos da nossa civilização que trazem prestígio. Para o cientista, entretanto, qualquer pessoa culta só é capaz de manipular alguns fragmentos especializados de nossa cultura, compartilhando muito mais do que se pode suspeitar com um fazendeiro, um pedreiro ou qualquer tipo de profissional. A mais rude economia, o rito religioso mais arrebatado, um simples conto popular são todos igualmente partes da cultura (Herskovits 1952: 17-18).

Barnard (1973: 613) nos informa que, embora tenha tido sua origem no mundo latino, a palavra cultura só foi se tornar corrente na Europa na segunda metade do século XVIII, quando o termo começou a ser aplicado às sociedades humanas. Aos significados herdados, logo se juntaram tantos outros que, antes da última década do século XVIII, a proliferação dos seus sentidos levou o filósofo alemão J. G. von Herder a afirmar que nada poderia ser mais indeterminado do que a palavra cultura. Dessa época em diante, os sentidos se estenderam até ao ponto de levar o escritor A. Lawrence Lowell a dizer, em 1934, que nada no mundo é mais elusivo do que a cultura. Uma tentativa de abranger seu significado em palavras é como tentar agarrar o ar com as mãos, quando descobrimos que ele está em tudo exceto no que



se pode agarrar. Apesar da dificuldade, uma tentativa desse tipo foi feita, em 1952, quando os antropólogos A. L. Kroeber e Clyde Kluckhohn puseram em discussão nada menos do que 164 definições de cultura.

De todo esse recenseamento, os autores extraíram seis categorias:

- a) descritiva, com ênfase nos caracteres gerais que definem a cultura;
- b) histórica, com ênfase na tradição;
- c) normativa, enfatizando as regras e valores;
- d) psicológica, enfatizando, por exemplo, o aprendizado e o hábito;
- e) estrutural, com ênfase nos padrões e
- f) genética.

Esta última é a mais diversificada, incluindo definições com ênfase na cultura como um produto ou artefato ou com ênfase nas ideias e nos símbolos, ou ainda definições a partir de categorias residuais (Barnard e Spencer 1996: 140).

Essas seis categorias podem ser reduzidas a dois tipos de definições principais: uma definição restrita, restritiva mesmo, que utiliza o termo para a descrição da organização simbólica de um grupo, da transmissão dessa organização e do conjunto de valores apoiando a representação que o grupo se faz de si mesmo, de suas relações com outros grupos e de sua relação com o universo natural; e um segundo tipo mais amplo de definição que não contradiz o primeiro, de acordo com o qual a cultura se refere aos costumes, às crenças, à língua, às ideias, aos gostos estéticos e ao conhecimento técnico, que dão subsídios à organização do ambiente total humano, quer dizer, a cultura material, os utensílios, o habitat e, mais geralmente, todo o conjunto tecnológico transmissível, regulando as relações e os comportamentos de um grupo social com o ambiente (Martinon 1985: 873).

## 2.2. A concepção humanista e a antropológica

No seu influente livro *Culture and society: 1780-1950*, Raymond Williams considera os conceitos de cultura e civilização como sinônimos, atribuindo-lhes quatro sentidos comuns.

- a) um estado geral ou hábito da mente tendo relações próximas com a ideia de perfeição humana;
- b) um estado geral de desenvolvimento intelectual numa sociedade como um todo;
- c) o corpo geral das artes e do trabalho intelectual;
- d) um modo geral de vida, material, intelectual e espiritual.

Os três primeiros sentidos vieram se associar às chamadas concepções humanistas da cultura, enquanto o quarto é usualmente associado com concepções antropológicas. As concepções humanistas são seletivas, separando certos segmentos das atividades humanas de outros e concebendo-os como sendo culturais. As antropológicas são não-seletivas pois aplicam o termo cultura à trama total da vida humana numa dada sociedade, à herança social inteira e a qualquer coisa que possa ser adicionada a ela.

Enquanto os antropólogos evitam julgamentos de valor pelo temor de incorrer em etnocentrismos, os humanistas defendem a possibilidade, e mesmo a necessidade, de se avaliar as diversas formas das atividades e objetivos humanos à luz de valores universais que, eles insistem, são passíveis de uma determinação objetiva (Barnard 1973: 615). Enquanto na concepção antropológica a cultura é, por natureza, plural e relativista, quer dizer, o mundo está dividido em diferentes culturas, cada uma delas valiosa em si mesma, para os humanistas, algumas pessoas têm mais cultura do que outras e alguns produtos humanos, tais como artes visuais, música, literatura, são mais culturais do que outros (Barnard e Spencer 1996: 136). Embora haja uma concordância quanto à necessidade de se distinguir o cultural do biológico na vida humana e social, o fulcro das opiniões sobre o



que é crucial e problemático difere muito nessas duas concepções (Barnard 1973: 615).

É dessas duas concepções que derivam os sentidos de cultura que se tornaram correntes: o sentido lato e o sentido estrito. Tal como é entendido nos estudos de historiadores, sociólogos e antropólogos, o sentido lato descreve todos os aspectos característicos de uma forma particular de vida humana. O sentido estrito é uma província das humanidades, cujo objetivo é interpretar e transmitir às gerações futuras o sistema de valores em função dos quais os participantes em uma forma de vida encontram significado e propósito. Em ambos os sentidos, a cultura pode ser pensada como um agente causal que afeta o processo evolutivo através de meios exclusivamente humanos, na medida em que permite a avaliação autoconsciente das possibilidades humanas à luz de um sistema de valores que reflete as ideias prevaletentes sobre o que a vida humana deveria ser. A cultura é, assim, um recurso indispensável para o crescimento do controle humano sobre a direção em que nossa espécie muda (Honderich 1995: 172).

Na interpretação de Williams (1967: 274), a concepção humanista apresenta uma ênfase idealista pois vê a cultura como um processo e um estado de cultivo sob um prisma universalista. Este uso do conceito é ético e espiritual, expressando um ideal de perfeição humana. Pode, por isso mesmo, facilmente entrar em conflito com a ênfase nas culturas particulares que acentua as diferenças nos modos pelos quais o ser humano encontra significado e valor na sua vida e, até mesmo, concebe a perfeição. Esta segunda ênfase, que é própria da moderna antropologia e sociologia, é necessariamente relativa e comparativa, enquanto a ênfase idealista tende a ser absoluta, sendo muito comumente associada com a herança clássica e cristã europeia. Entre essas duas ênfases, coloca-se aquilo que provavelmente é o sentido mais comum de cultura, a saber, um corpo existente de trabalhos artísticos e intelectuais. Há uma tensão inevitável entre este significado e os dois anteriores. Um trabalho artístico ou intelectual com frequência

não se conforma à ideia de um estado mental perfeito já associado a valores e significados tradicionais conhecidos. Nesta posição intermediária entre o sentido humanista, universal, e o sentido antropológico, relativista, torna-se necessário fazer distinções entre alta cultura, baixa cultura, cultura de massas, ou outros rótulos que se tornaram comuns no século XX. Por outro lado, se a cultura é vista como um corpo de trabalho artístico e intelectual ao qual um grande ou até mesmo um supremo valor é conferido, é difícil, a partir desta posição, aceitar os usos que a antropologia e a sociologia fazem da palavra "cultura", pois esses usos são neutros, referindo-se ao que as pessoas fazem ou pensam, sem levar em consideração qualquer mérito artístico ou intelectual. Esses usos incluem elementos da vida social e econômica, especialmente institucional, que nada têm a ver com o sentido artístico e intelectual de cultura.

### 2.3. Cultura e civilização

As distinções entre cultura e civilização, ao longo da história, foram abundantes. Enquanto cultura derivou do sentido de crescimento natural, a palavra civilização foi derivada de uma condição social real, aquela do cidadão (*civis*, no latim). Essa palavra estava, assim, em contraste com 'barbarismo', outra condição social que significava originalmente o modo de vida de um grupo estrangeiro (Williams 1967: 273).

De acordo com Barnard (1973: 617), para escritores como Kant, Coleridge e Matthew Arnold, a cultura representa essencialmente as condições morais do indivíduo, enquanto a civilização significa as convenções da sociedade. Invariavelmente, a primeira está também associada a valores espirituais, a segunda a valores materiais. Segundo Kant, a propriedade externa constitui meramente a civilização; apenas a ideia de moralidade pertence à cultura verdadeira. Essa distinção e, até certo ponto, o ceticismo sobre o valor da civilização, derivado de Diderot, Rousseau, Herder, e que iria atingir seu clímax no início do século XX com Spengler (*Der Untergang*



des *Abendland*, 1918-1923) tornou-se comum nos escritos dos ingleses do século XIX, o que se deve grandemente à influência de Samuel Taylor Coleridge, um ardente discípulo de Kant. Em 1830, Coleridge fez a distinção entre o cultivo da humanidade em geral e a civilização meramente externa através da qual o progresso é calculado em função de coisas e não do homem em si mesmo.

A mesma distinção foi feita por Thomas Carlyle e, mais tarde, por Matthew Arnold, ao defender, em 1869, no seu livro *Culture and Anarchy*, a ideia de cultura como autoperfeição moral. Para ele, a cultura é, sobretudo, aperfeiçoamento moral e não meramente a paixão científica pelo puro conhecimento. Toynbee, ao contrário, geralmente entendeu a civilização como o mais alto desenvolvimento das culturas sociais a partir de suas origens primitivas. Outros, notavelmente Alfred Weber e R. M. MacIver, em sintonia com a tradição, reservaram o conceito de cultura para a área dos valores e significados, reservando civilização para a área da organização material. Weber considerava a civilização como um produto da ciência e tecnologia e como universal e acumulativa uma vez que ela se relaciona primariamente com a natureza e não com o homem. A cultura, por outro lado, se refere à interpretação humana, expressa em significados e valores – na filosofia, religião e arte – os propósitos da vida e da sociedade. MacIver, particularmente no seu trabalho de juventude, fez uma distinção ampla similar à de Weber ao relacionar a cultura com os fins e a civilização com os meios, vendo a ordem tecnológica da civilização como determinada pela ordem cultural dos significados e valores (Williams 1967: 275).

### 3. A CULTURA NA ANTROPOLOGIA

#### 3.1. Os precursores

Poucas ressonâncias as distinções entre cultura e civilização encontraram nos escritos dos antropólogos modernos, que tiveram em E. B. Tylor seu primeiro grande expoente. No seu *Primitive culture*, em 1871, Tylor definiu a cultura como um todo

complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Esta concepção holística da cultura não foi, entretanto, inteiramente nova, pois teve seus antecessores intelectuais em Vico e Herder (ver Berlin 1976), ambos defensores, embora de modo muito distinto, da ideia da cultura como um todo integral (Barnard 1973: 613-621).

Segundo Martinon (1985: 873), a obra de Tylor marcou uma etapa importante no reconhecimento da coextensividade da cultura com o simbólico. Tylor nos forneceu uma definição enumerativa aberta ao infinito daquilo que pode ser circunscrito sob a denominação de cultura. Esta é agora um conjunto de elementos próprios a todo grupo humano, compreendendo tanto a religião quanto os costumes sexuais, o direito, as práticas culinárias, os hábitos estéticos etc. O essencial nessa definição está nesse “etc.” colocado no fim da frase. De fato e por direito, tudo aquilo que pode ser entendido como uma organização, como uma regulação simbólica da vida social pertence à cultura, sendo esta a maneira pela qual se agenciam num mesmo todo elementos tão diversos quanto a arte e a arquitetura, com ou sem arquiteto, as posturas nas práticas do parto, micção, defecação, os rituais do casamento, morte, a escritura ou o arco e flecha. Todos esses traços culturais formam um conjunto de modelos diferentes de organização da vida social, de acordo com a sociedade que a etnologia descreve ou mesmo de acordo com os grupos estudados dentro de uma mesma sociedade. Todas as vezes que os aspectos, os segmentos da vida social puderem ser discernidos e compreendidos a partir de uma coerência simbólica – aquilo que seria chamado de modelo de comportamento pela sociologia americana, – tratar-se-á aí de cultura.

A controvérsia dos antropólogos sobre a definição tyloriana da cultura como um todo complexo teve início quando as relações dentro desse todo começaram a ser analisadas e interpretadas. A crítica maior, entretanto, só viria nos anos 60 deste século, quando George Stocking (1968) refutou o consenso de que as raízes da antropologia moderna estão em Tylor. Para Stocking, a definição